

QUEM FALA POR QUEM:

representantes e representados no Fórum Nacional do Trabalho.

Gelsom Rozentino de Almeida*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central a análise da representação dos interesses de classe e de frações de classe, bem como da identificação de interesses e de seus representantes no Fórum Nacional do Trabalho, no Governo Lula. Caracteriza-se sinteticamente o perfil das principais lideranças do governo, dos trabalhadores e dos empresários

ABSTRACT

The present work has as central objective the analysis of the representation of the class interests and of class fractions, as well as of the identification of interests and of your representatives in the National Forum of the Work, in the Lula Government. In a synthetic way is characterized the profile of the government's main leaderships, of the workers and of the entrepreneurs as class reference and of your interests.

O Governo Lula, se não pode ser considerado simplesmente como neoliberal, é responsável pela consolidação da hegemonia do capital financeiro no Brasil e mesmo de um imperialismo tardio. Esse governo representaria uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações : 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder : graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares : sua base social são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

Acentua-se no Governo Lula o processo político de acomodação da nova elite política ao sistema político; de cooptação dos dirigentes partidários, sindicais e populares pelo governo e seu alojamento na estrutura burocrática do Estado; de aceitação da elite sindical do modelo neoliberal. Dessa forma, impede-se a superação do modelo, desmobiliza-se o movimento sindical e os movimentos sociais, com graves conseqüências para a esquerda. Mas inicia a constituição de uma classe detentora, que monopoliza os altos postos da burocracia,

* Doutor em História (UFF), Professor Adjunto da UERJ.

mas que tem pouca ou nenhuma influência sobre o conteúdo e a direção da política econômica e social.

Tal posição implica na compreensão do Estado, não como uma entidade monolítica e homogênea, mas como um sistema institucional de aparelhos diferentes, que concentram níveis de poder também diferentes, bem como as tensões e conflitos da sociedade o perpassam – o Estado-relação (POULANTZAS, 1988). Os ramos ou aparelhos do Estado mais importantes (isto é, onde se concentra a capacidade de decidir) são os centros de poder. A análise buscaria a determinação de quais seriam os centros de poder do Estado brasileiro – neste governo – para daí passar à determinação do perfil social dos ocupantes dos centros de poder real. Dessa forma, deve-se relativizar a idéia segundo a qual teria havido uma diluição social da alta burocracia do Estado em função do empreguismo; relativizar a idéia segundo a qual teria havido acesso a posições de elite do sistema estatal por indivíduos oriundos do ‘mundo do trabalho’ (cúpulas sindicais, dirigentes partidários de origem proletária etc.); portanto, relativizar a idéia do governo do PT como uma ‘república dos sindicalistas’. Conforme a hipótese defendida, teria ocorrido uma (re)colonização dos estratos superiores do ramo administrativo do sistema estatal pelos “homens de negócios”, representantes do capital financeiro.

Este é o objetivo central da análise desenvolvida no presente trabalho, tendo como foco o Fórum Nacional do Trabalho, através da identificação dos representantes classistas e dos interesses representados.

Estamos de acordo com Dagnino quanto à existência de uma *confluência perversa* entre um projeto político democratizante, participativo e o projeto neoliberal (DAGNINO, 2004). A autora parte da definição gramsciana de *projetos políticos*¹, em que estes não se reduziriam a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressariam e produziram significados que integrariam matrizes culturais mais amplas, provocando deslocamentos de sentido das noções de *sociedade civil, participação e cidadania*, com sérias implicações para o real significado de política e democracia. O projeto neoliberal, que teve como marco no Brasil a eleição de Collor em 1989, tem como base um Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. No Brasil, de forma diversa de outros países, o projeto neoliberal encontra um contendor relativamente consolidado – representado pelo bloco PT-CUT-MST -, embora não hegemônico, mas capaz

¹ Conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.

de constituir um campo de disputa, o que determina o estabelecimento de uma especificidade na relação de sentidos e interlocução com o campo adversário. A partir do aparato do Estado, o projeto neoliberal realiza a interlocução com o projeto democrático participativo através dos setores da sociedade civil que se engajam na aposta de uma atuação conjunta com o Estado, em suas novas instâncias de participação (em substituição a estratégia anterior de confronto).

Não há dúvida que a sociedade brasileira já teria sido capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil que assumiram uma participação na determinação das políticas do Estado. Desde os anos 1980 o Estado brasileiro, embora tivesse se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação, etc) e de concessões e participação (Legislativo, assistência social, centros comunitários, etc) não teria condições – e mesmo interesse - de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Tornou-se mais complexo e ampliado, conforme a visão gramsciana.

Compreende-se, pois, que a efetiva disputa pela hegemonia e poder estaria localizada entre as classes antagônicas na sociedade, e não numa polarização entre sociedade civil e Estado, conforme a clássica definição liberal. De forma similar à definida por Poulantzas, a própria luta de classes estaria presente *dentro* do Estado Capitalista, inclusive no Brasil.

Conforme Lúcia Neves e outros, o Estado brasileiro teria redefinido os fundamentos e as práticas no sentido da consolidação e do aprofundamento do projeto burguês em curso. A nova pedagogia da hegemonia, representada pela Terceira Via, implicaria num processo em que o Estado ampliado se requalifica historicamente como agente educador do consenso (NEVES, 2005).

Quem é quem e fala por quem

Representantes do Governo

O Fórum foi criado pelo Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003, com a finalidade de coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil. A estrutura funcional do FNT comporta os seguintes órgãos: I – Coordenação; II – Plenária de Representantes; III – Comissão de Sistematização; IV – Grupos Temáticos, constituídos para discutir os seguintes temas: a) Organização Sindical - GT1; b) Negociação Coletiva - GT2; c) Sistema de Composição de Conflitos - GT3; d) Legislação do Trabalho - GT4; f) Organização

Administrativa e Judiciária do Trabalho; g) Normas Administrativas Sobre Condições de Trabalho; h) Qualificação e Certificação Profissional; e i) Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade. Em todos os grupos e comissões a composição é tripartite, sendo que a CUT divide a representação dos trabalhadores com outros setores do movimento sindical, sobretudo com Força Sindical. Partimos do entendimento de que essa iniciativa filiasse a linhagem das demais propostas de pactos, concertos e entendimentos nacionais, de conciliação de interesses classistas.

A maior parte dos integrantes do governo no FNT é composta por integrantes do PT, como o primeiro coordenador geral do fórum, Ricardo Berzoini (PT/SP), então Ministro de Estado do Trabalho e do Emprego (MTE) – substituído primeiro por Jacques Wagner (PT/BA) e em seguida deste por Luís Marinho, ex-presidente da CUT (que inicialmente integrou a bancada dos trabalhadores, sendo a principal liderança, na condição de presidente da central), do coordenador-adjunto Alencar Ferreira Júnior, secretário-executivo do MTE, de Osvaldo Bargas, que atuou como principal coordenador do fórum e secretário executivo do MTE durante o principal período dos trabalhos, de reconhecida vida política e sindical, sendo inclusive um dos fundadores da CUT, Jair Meneguelli, presidente do conselho nacional do Serviço Social da Indústria (SESI) e ex-presidente da CUT e Vicente Paulo da Silva (Vicentino), deputado federal (PT/SP) e ex-presidente da CUT. Nesse sentido, confirma-se a influência dos projetos petistas e cutistas nas propostas e intervenções do governo no FNT. A maior parte dos integrantes do governo no FNT é composta por integrantes do PT e CUT. Dessa forma, pode-se afirmar que a posição do governo no FNT tem sido influenciada pela posição hegemônica do PT e da CUT, sobretudo de sua corrente interna principal. O debate sobre as reformas sindical e trabalhista não é explicitado ou as propostas não são formalizadas nos partidos que compõem a base de apoio. Apenas PT e PCdoB se pronunciaram.

As principais lideranças do governo no FNT:

- ✿ **Ricardo Berzoini** – Dep. Fed. (PT/SP), primeiro Coordenador Geral do FNT quando era Ministro de Estado do Trabalho e do Emprego (MTE), hoje presidente do PT;
- ✿ **Jacques Wagner** - Dep. Fed. (PT/BA), substituiu Berzoini no MTE e na coordenação do FNT, assumindo posteriormente a coordenação política do Governo e atual governador da Bahia;
- ✿ **Luís Marinho** - ex-presidente da CUT (que inicialmente integrou a bancada dos trabalhadores, sendo a principal liderança, na condição de presidente da central), em seguida como Ministro do Trabalho e do Emprego, depois Ministro da Previdência;

- ✿ **Alencar Ferreira Júnior** - coordenador-adjunto do FNT e secretário-executivo do MTE;
- ✿ **Oswaldo Bargas** – atuou como coordenador do fórum e secretário executivo do MTE, de reconhecida vida política e sindical, sendo inclusive um dos fundadores da CUT, e principal articulador do governo;
- ✿ **Jair Meneguelli** - presidente do conselho nacional do Serviço Social da Indústria (SESI) e ex-presidente da CUT;
- ✿ **Vicente Paulo da Silva (Vicentinho)** - deputado federal (PT/SP) e ex-presidente da CUT.

Representantes dos Trabalhadores

Ao longo da década de noventa foi sendo construída uma concepção cutista de reforma sindical, *por dentro* da própria estrutura sindical. Tal processo teria buscado justificar-se como uma manutenção de princípios originais da formação da central sindical.

Os temas da reforma sindical e trabalhista integravam a agenda da CUT desde sua criação. A proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho, aprovada pela Direção Nacional em dezembro de 1992, teria consolidado, de forma sistêmica, o acúmulo de quase dez anos de sindicalismo cutista, integrando várias bandeiras e propostas que envolvem a organização sindical e a negociação coletiva, entre as quais, o fim do imposto sindical, a aplicação da Convenção 87 da OIT e o contrato coletivo de trabalho. Esta proposta foi sendo reelaborada no decorrer dos anos e pode-se dizer que desde a 9ª Plenária Nacional, em 1999, a CUT tinha uma proposta global de reforma sindical e trabalhista, que se expressaria, inclusive, em formato de projeto-de-lei e de emenda constitucional. Sua base fundamental seria a instituição de um regime de plena liberdade de organização sindical em sintonia com uma série de princípios consagrados por convenções da OIT: 87 (liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização); 98 (aplicação dos princípios do direito de sindicalização e da negociação coletiva); 135 (proteção aos representantes dos trabalhadores nas empresas); 151 (proteção ao direito de sindicalização e procedimentos para definir as condições de emprego na administração pública); 158 (sobre o término da relação de trabalho por iniciativa do empregador). Além destas, há aquelas relacionadas à eliminação de diferentes formas de discriminação, como a Convenção 100 (igualdade de remuneração entre homens e mulheres); 111 (sobre discriminação em matéria de emprego e profissão); 156 (igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres).

Nota-se, portanto, desde o início da década de noventa, uma gradual predisposição para a construção de um consenso em torno das questões já assinaladas. Que, com a eleição de Lula como Presidente da República em 2002, apresenta-se como uma oportunidade única de viabilização. As reformas trabalhista e sindical ainda estariam longe de uma formulação final, mas já é possível perceber diversos pontos de unidade entre representantes do governo, trabalhadores e empresários, em geral em torno da agenda assumida pela CUT ao longo da década de 1990. Ao mesmo tempo, percebe-se a necessidade de identificar as diferenças e suas relações de classe e frações de classe, o conflito entre as tendências e grupos, a divisão no governo. Enfim, a tensão, o conflito, as disputas, a relação entre propostas e a luta de classes.

O comando da bancada é dividido entre a CUT e a Força Sindical, onde a Plenária e a Comissão de Sistematização foram lugares de maior disputa e de exemplos deste quadro (12 e 06 representantes da CUT, 10 e 03 da FS, respectivamente). A coordenação da bancada coube à CUT, inicialmente ocupada por Luís Marinho, e tendo como coordenador adjunto Ricardo Patah, Tesoureiro Geral da FS. Caracterizadas como pólos opostos do espectro sindical brasileiro durante anos, CUT e FS têm convergido em vários pontos, sobretudo pelo processo de transformação da primeira, o que tem possibilitado a atuação conjunta na grande maioria das vezes. As áreas de atrito ou divergência têm ficado cada vez mais em segundo plano. As demais centrais possuem poucos sindicatos de expressão filiados e, em decorrência, contam com pouca influência e poder de decisão.

TABELA 1

Centrais Sindicais e Confederações representantes dos trabalhadores que integram o FNT
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FS – Força Sindical
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores
SDS – Social Democracia Sindical
CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CONTRATUH – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

TABELA 2 - REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES POR ENTIDADES

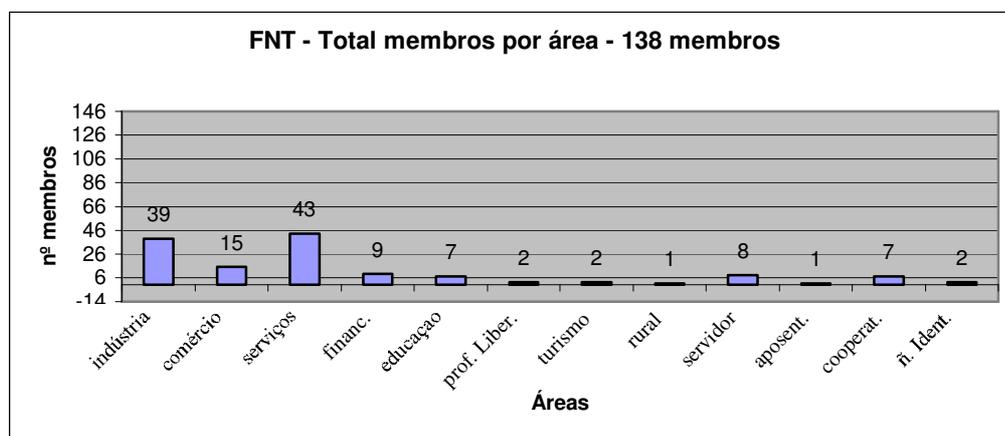
	Titulares	Suplentes	TOTAL
CUT	06	06	12
FS	05	05	10
CGT	03	03	05
SDS	02	02	04
CGTB	02	02	04
CAT	02	02	04
CNTI	01	-	01
CONTRATUH	-	01	01
	21	21	42

TABELA 3 – REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES POR ENTIDADES COM O TOTAL DE PARTICIPAÇÕES EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

	CUT	FS	CGT	SDS	CGTB	CAT	CNTI	CONTRATUH	TOTAL
<i>Com. Sistematização</i>	6	3	2	1	0	0	0	0	12
<i>Plenária</i>	12	10	5	4	4	4	1	1	42
<i>GT - Org. Sindical</i>	2	2	2	2	2	0	1	1	12
<i>GT - Neg. Coletiva</i>	2	2	2	2	2	1	1	0	12
<i>GT - Comp. De Conflitos</i>	2	2	2	1	2	1	1	1	12
<i>GT - Legisl. Do Trabalho</i>	2	2	2	2	2	1	1	0	12
<i>GT - Org. Adm. Jud. Do Trab.</i>	2	2	1	2	2	1	1	1	12
<i>GT - Nor. Adm. Cond. De Trabalho.</i>	2	2	2	2	1	1	1	1	12
<i>GT - Qual. E Cert. Profission.</i>	2	2	2	2	2	1	1	0	12
Subtotal	32	27	20	18	17	10	8	5	138

A representação dos trabalhadores conforme as áreas econômicas foi dividida em Indústria, Comércio, Serviços, Financeiros, Educação, Profissionais Liberais, Turismo, Funcionalismo Público, Rural, Aposentados, Cooperativas e Não-Identificados. Na composição por setores econômicos, optou-se por comparar os números do Fórum com os do DIEESE, na busca de alguma correspondência empírica entre os dados oficiais de ocupação e a real presença no FNT. Em decorrência de tal comparação foram constatadas importantes diferenças de taxas de ocupação, onde principalmente a representação do setor rural sai prejudicada (24,2% da força de trabalho segundo o DIEESE e 0,6% no FNT) e os representantes das atividades financeiras fortalecida (3,9 pelo DIEESE e 6,1% no FNT).

GRÁFICO I – REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES POR ÁREA ECONÔMICA



Cabe destacar o peso maior dos representantes oriundos do setor de serviços, seguidos pelos do setor industrial. Juntos, ambos obtêm 82 membros ou 56,16% do total, significando a preponderância dos setores capitalistas mais modernos. A subrepresentação dos trabalhadores rurais, por seu turno, pode ser interpretada como uma dupla derrota: tanto pelo capital agrário, que estaria logrando uma intensificação dos CAIs (Complexos Agro-Industriais), sobretudo direcionados para a exportação; como dentro do próprio movimento sindical, onde os representantes dos setores modernos, sobretudo das categorias mais fortes e organizadas, tenderiam a preencher maiores espaços na estrutura sindical, bem como *perceberiam* com maior facilidade a coincidência de interesses entre trabalho e capital.

Todos os 42 integrantes da bancada dos trabalhadores são dirigentes sindicais e possuem cargos ou vínculos estreitos com federações, confederações e centrais sindicais. Apenas os representantes da CNTI e da CONTRATUH não tiveram vinculações identificadas com as centrais. Consideramos que tal composição significa uma grande concentração do poder decisório na cúpula da estrutura sindical, tendo pouca capilaridade nas bases sindicais

as questões ali debatidas bem como a própria escolha de seus representantes. E que, embora não reconhecidas juridicamente até há pouco como parte dessa estrutura sindical, as centrais sindicais efetivamente passaram a incorporá-la, legitimá-la e representá-la.

Representantes dos Empresários

Para a análise da composição dos diferentes setores do empresariado brasileiro no Fórum Nacional do Trabalho foi realizado inicialmente um mapeamento das entidades representadas na bancada dos empregadores (portanto, a bancada do capital), quais os setores da sociedade que representam (ou classes e frações de classe), onde atuam e a quantidade de vezes em que tais entidades aparecem representadas.

A coordenação geral coube a Antonio Oliveira Santos, presidente da CNC, sendo o coordenador adjunto Flávio Benatti, Presidente da Federação dos Transportes de Cargas do Estado de São Paulo e Presidente da Seção II- Transporte de Cargas da CNT.

TABELA 4

ENTIDADES REPRESENTANTES DOS EMPREGADORES	
✿	CNA – Confederação Nacional da Agricultura
✿	CNI – Confederação Nacional da Indústria
✿	CNT – Confederação Nacional dos Transportes
✿	CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras
✿	CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
✿	CNC – Confederação Nacional do Comércio.

TABELA 5 - REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADORES POR ENTIDADES

	titulares	suplentes	TOTAL
CNA	4	4	8
CNI	4	4	8
CNC	4	4	8
CNF	4	4	8
CNT	4	4	8
CACB	1	1	8
TOTAL	21	21	42

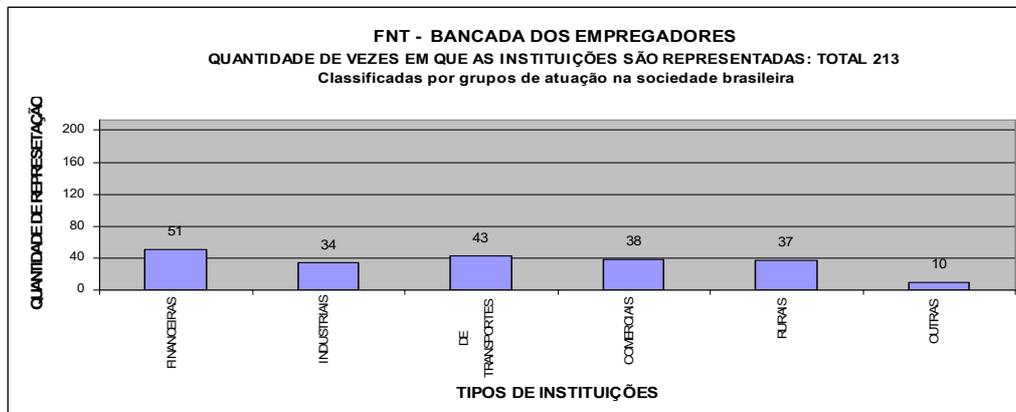
Mas, ao observarmos a atividade empresarial dos membros da bancada, para além da indicação formal das confederações, percebemos uma “dupla militância” de alguns, resultando na aparição de citações de instituições ou empresas conforme a atividade econômica num total de 213 vezes, onde obtemos uma distribuição menos equilibrada.

Para conhecer a representação da bancada dos empregadores no FNT foram identificadas e classificadas os tipos de instituições presentes na bancada. Essa classificação gerou 6 (seis) blocos distintos de instituições. Identificando esses 6 (seis) blocos principais de instituições, foi contabilizado o quantitativo de representações de cada bloco:

- 1) Instituições Financeiras = 51 representações.
- 2) Instituições Industriais = 34 representações.
- 3) Instituições de Transportes = 43 representações.
- 4) Instituições Comerciais = 38 representações.
- 5) Instituições Rurais = 37 representações.
- 6) Outras = 10 representações.

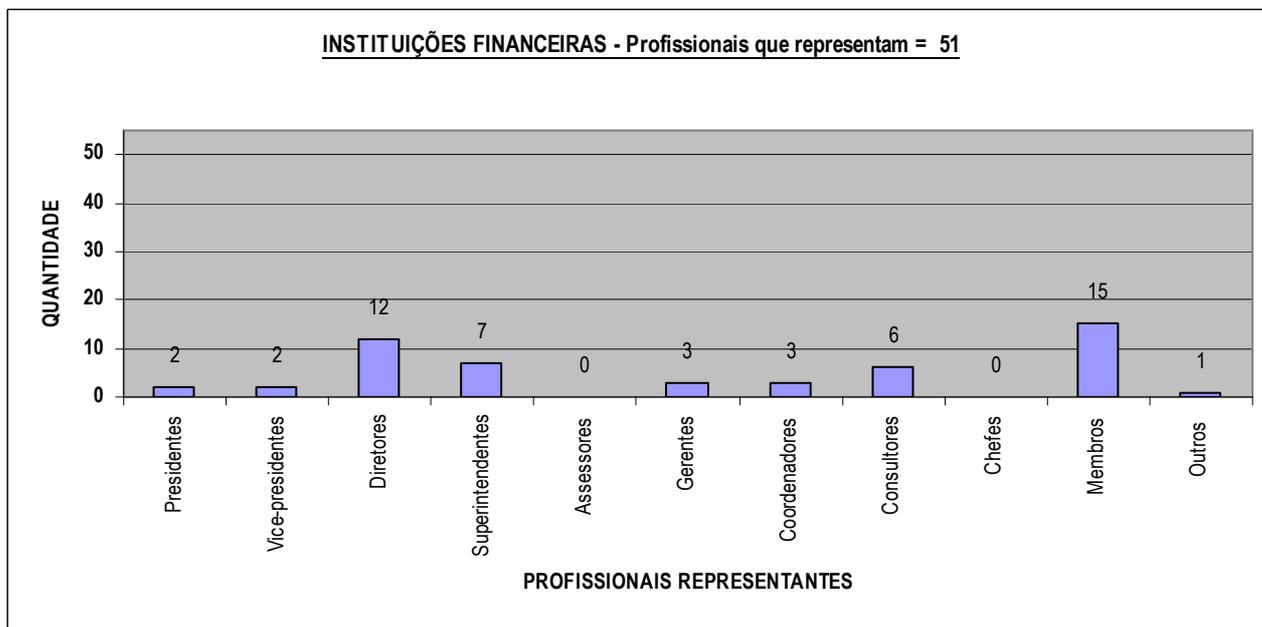
- Total = 213 representações institucionais.

GRÁFICO 2. Classificação da representação dos empregadores por setores econômicos



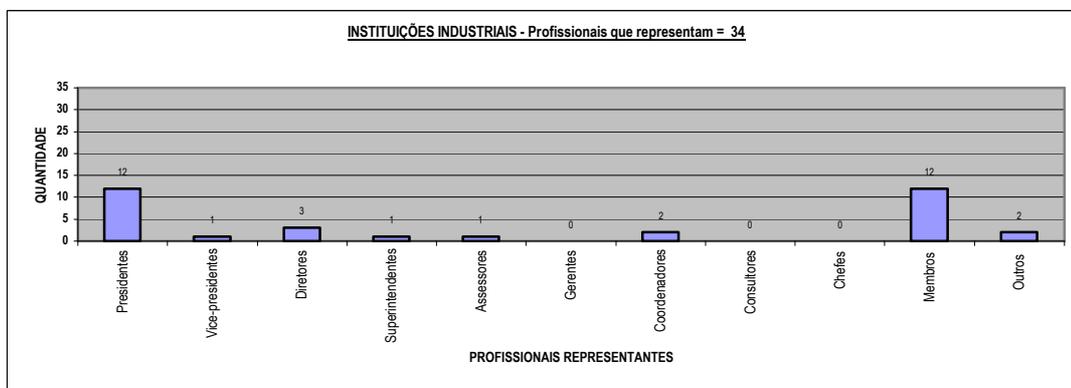
As representações dessas Instituições são efetuadas por profissionais de determinadas empresas, com cargos diferenciados. Os principais cargos dos representantes de empresas, classificadas pelos tipos de empresas ou instituições em que se encontram, foram catalogados nos gráficos abaixo relacionados.

GRÁFICO 3 - Empresas Financeiras



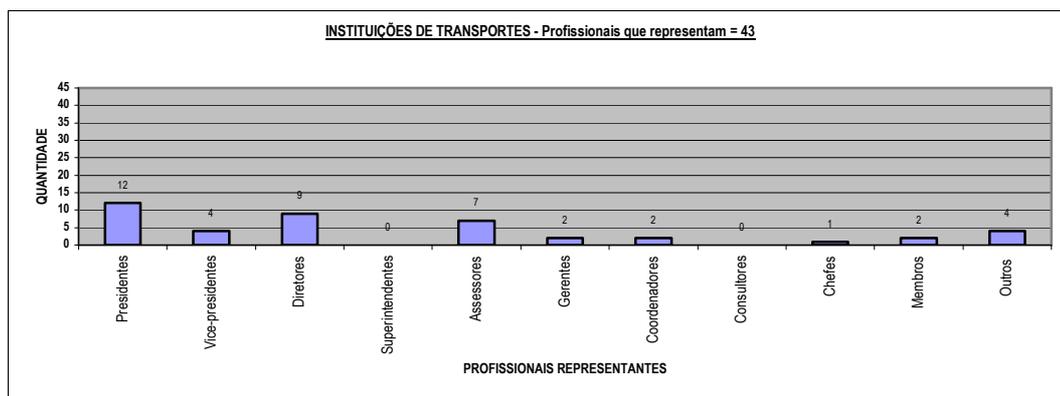
Os representantes das instituições financeiras em sua maioria se apresentam como *membros*, seguidos de *diretores*, *superintendentes* e *consultores*, que juntos totalizam 78,41%.

GRÁFICO 4 - Instituições Industriais



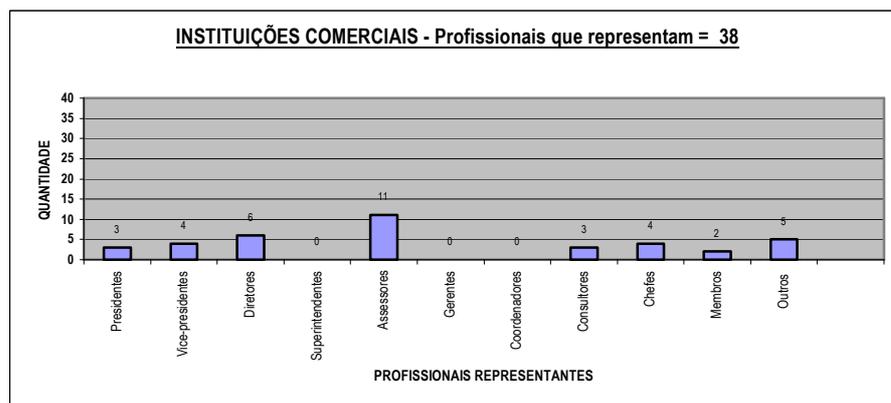
No setor industrial, sobressaem os presidentes das empresas ou instituições e os que se declaram apenas membros.

GRÁFICO 5 - Instituições de Transportes



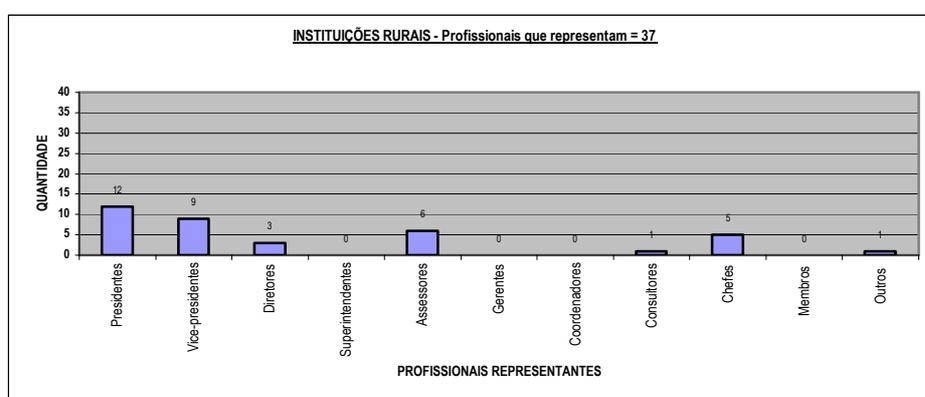
Os representantes do setor de transportes são em sua maioria presidentes de empresas e entidades, com destaque também para vice-presidentes e diretores.

GRÁFICO 6 – Empresas Comerciais



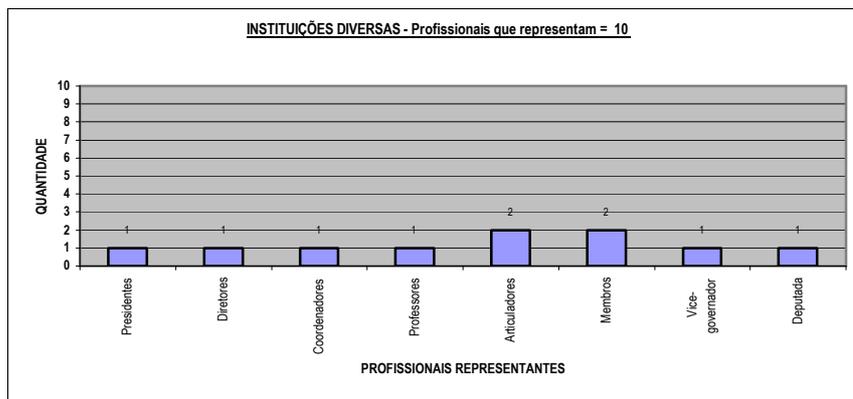
No setor comercial percebe-se uma nítida diferença com relação aos demais: o grupo de maior número é formado por assessores de entidades classistas, caracterizando uma maior profissionalização da representação dessa fração da bancada dos empregadores.

GRÁFICO 7 – Empresas Rurais



A representação do setor rural acompanha o padrão concentrador do poder decisório nas mãos de presidentes e vice-presidentes de entidades e empresas.

GRÁFICO 8 - Outras



Dos 42 representantes, entre titulares e suplentes, 17 (dezessete) têm seus nomes em mais de um dos grupos de discussões que formam a bancada dos empregadores do FNT. Desses 17 profissionais:

- a) Um representa quatro vezes seu grupo de interesse, em quatro grupos diferentes de discussões, da bancada dos empregadores;
- b) Três representam três vezes seus grupos de interesses, em quatro grupos diferentes de discussões, da bancada dos empregadores;
- c) Treze representam duas vezes seus grupos de interesses, em oito grupos diferentes de discussões, da bancada dos empregadores.

O quantitativo de representações, por grupos de interesses (instituições), representadas por esses 17 (dezessete) profissionais, são:

- 1) Instituições Financeiras = 9 representações;
- 2) Instituições Rurais = 6 representações;
- 3) Instituições de Transportes = 4 representações;
- 4) Instituições Comerciais = 4 representações.

Total = 23 representações

GRÁFICO 9 – Representantes dos empregadores que aparecem mais de uma vez

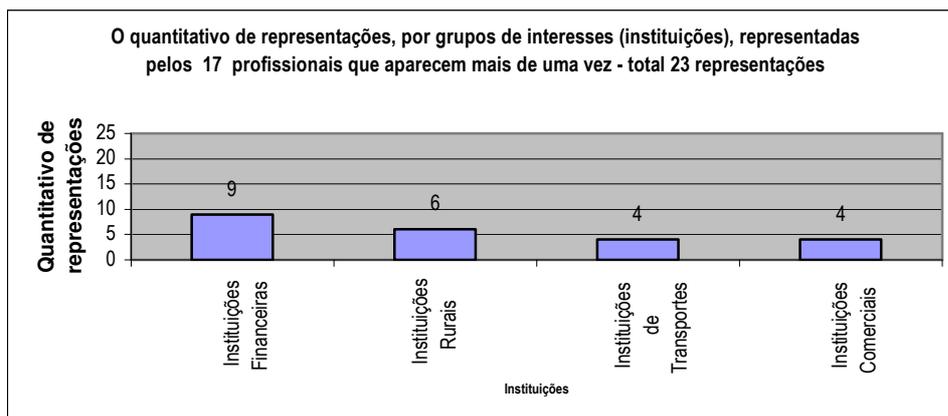
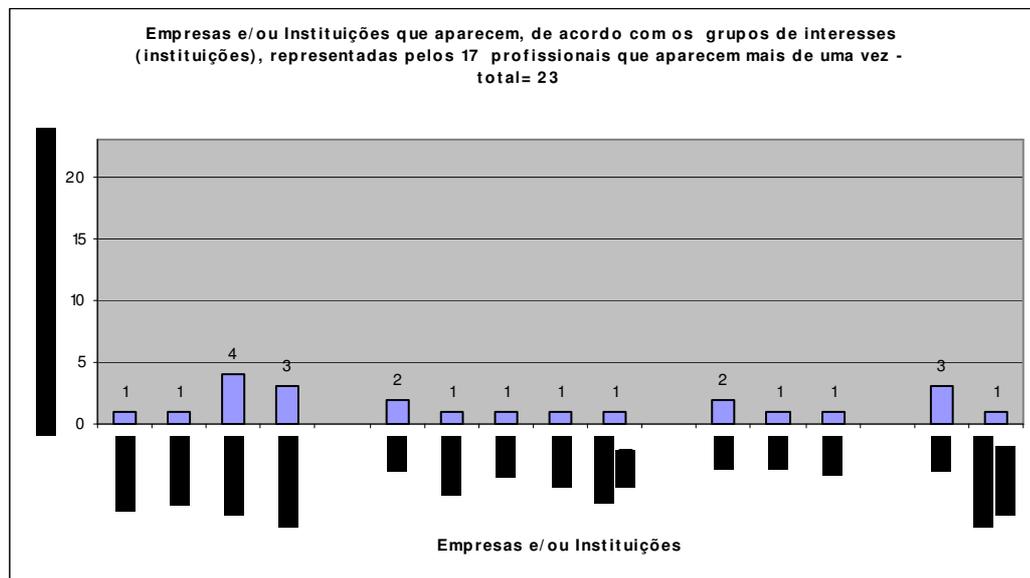


GRÁFICO 10 – Empresas ou instituições que aparecem mais de uma vez



As empresas e/ou instituições que aparecem, de acordo com os grupos de interesses (instituições), representadas pelos 17 (dezessete) representantes empresariais que aparecem em mais de uma comissão ou grupo de trabalho, são:

1. **Instituições Financeiras** : Banco Itaú, Bradesco, FENABAN (Federação Nacional dos Bancos), FEBRABAN (Federação Brasileira das Associações dos Bancos).
2. **Instituições Rurais**: CNA (Confederação Nacional da Agricultura), FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais), FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), Sindicato Rural, FAERJ (Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro).
3. **Instituições de Transportes**: CNT (Confederação Nacional do Transporte), ANTU (Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos), IDAQ (Instituto de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Qualidade de Transporte).
4. **Instituições Comerciais**: CNC (Confederação Nacional do Comércio), Sindicato do Comércio.

Observa-se que a atuação da FEBRABAN adquire um maior destaque, juntamente com representantes de outras instituições financeiras, como o principal formulador e articulador político e ideológico do empresariado brasileiro, ao menos no FNT. Tal desempenho reforçaria a hegemonia do capital financeiro na economia e sociedade brasileiras.

Os empregadores, através das suas entidades, não atuaram de forma inteiramente unificada no FNT. Mas destaca-se a burguesia financeira como o núcleo dirigente principal.

Não divulgam abertamente as suas divergências, que aparecem apenas para o público interno. Percebe-se também que, mesmo com muitos pontos em comum com as propostas dos trabalhadores e do governo, os empregadores, capitaneados por esse setor, começam a assinalar com o engavetamento das reformas sindical – já aprovada – e trabalhista, diante da possibilidade de não conseguirem a flexibilização e a ampla revogação de direitos na CLT.

Referências

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. “O Governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical”, in: *Revista Katalysis*,
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma Década Quase Perdida: 1979-1989*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2000.
- BARGAS, Osvaldo Martines e Oliveira, Marco Antonio. É hora da reforma sindical. In: *Teoria & Debate*, edição 61, São Paulo, fev/mar de 2005.
- BORGES, Altamiro. *A Reforma Sindical no Governo Lula*.
<http://www.espacoacademico.com.br/039/39cborges.htm>
- COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2005.
- COGGIOLA, Osvaldo. *A Reforma Sindical do Governo Lula: histórico e perspectivas*. In: <http://www.socialismoeliberdade.org/?id=185>
- DAGNINO, Evelina. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, in: MATO, Daniel. *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110
- DINIZ, Eli, Reformas econômicas e democracia no Brasil dos anos 90: as câmaras setoriais como fórum de negociação, in: *Dados*, no. 37, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, o Estado e a Política*, 8^a ed., Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal, 1988.
- PROGRAMA DE GOVERNO 2002. *Reforma Trabalhista*. Disponível em <http://www.pt.org.br/site/assets/programadegoverno.pdf>. Acesso em: dez. 2006
- VAZ, Flávio Tonelli. *A Reforma Sindical do Governo Lula: pluralidade sindical e autonomia privada para os acordos trabalhistas*. in: <http://www.diap.org.br/agencia/Anexos/RefSindTonelli.doc>